

AS ADVERSIDADES DA EDUCAÇÃO NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA E A ERUPÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO

Mayara Viviane Silva de Sousa (1); Lavínia Maria Silva Queiroz (2); Dr. Alessandro Teixeira Nóbrega (3).

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, e-mail: mayara.sousa0@hotmail.com (1); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, e-mail: laviniamsq@hotmail.com (2); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, docente do Departamento de Educação, email: alessandronobrega@uern.br (3).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a educação no Brasil durante o período da Ditadura Militar e discutir sobre as mudanças que ocorreram, após seu fim, visando à construção do pensamento crítico-reflexivo. À vista disso, buscamos realizar uma pesquisa bibliográfica em autores que abordam o assunto da História da Educação Brasileira, com foco no período do Regime Militar, e também, naqueles que discorrem sobre a importância do desenvolvimento da consciência crítica na educação, para que, desta forma, pudéssemos aprofundar as nossas ideias e fazer uma interligação entre as Tendências Pedagógicas que se fizeram presentes ao longo do processo. Após anos de uma educação extremamente opressora, onde a Escola era um importante aparelho ideológico usado para implantar os pensamentos militares e ditatoriais, com o fim da Ditadura o ensino passa a necessitar de transformações. Por conseguinte, compreendemos que o estudo da temática é imprescindível na formação crítica dos educadores.

Palavras-Chave: Educação. Ditadura Militar. Consciência Crítica.

INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu a partir da disciplina História da Educação Brasileira, que foi ministrada pelo professor Dr. Alessandro Teixeira Nóbrega, especificamente durante o 2º período do curso de Pedagogia, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Despertou-se o interesse das alunas aqui apresentadas sobre a educação no período da Ditadura Militar Brasileira, período caracterizado pelo comando de militares, com caráter autoritário e patriota. O período da Ditadura Militar foi bastante criticado pelos estudiosos da educação, já que nesta época houve a intervenção de forma direta na mesma, causando impacto na liberdade de pensamento dos docentes e discentes. Assim, a passagem para a liberdade de expressão e o pensamento crítico nos ocasiona a refletir como se deu esse momento de transição entre o período ditatorial na educação e após seu fim.

A organização do trabalho sucedeu através da pesquisa bibliográfica referenciada principalmente nos estudos direcionados a História da Educação Brasileira da autora Maria Luísa Santos Ribeiro, enfatizando o Regime Militar, e nas análises sobre a relação de opressor e oprimido

de Paulo Freire, onde abordaremos sua influência na conscientização do homem como ser ativo e crítico no seu meio.

A pesquisa será realizada em duas etapas, a primeira etapa consistiu-se em uma pesquisa bibliográfica apresentada neste trabalho, onde se pretende adquirir conhecimento teórico para realização de uma segunda etapa.

A DITADURA MILITAR E A EDUCAÇÃO

Durante o período de 1964 a 1985 ocorria no Brasil a Ditadura Militar, um tempo antidemocrático, onde os militares comandavam politicamente o país, detendo o poder das mais diversas áreas, inclusive da Educação. Essa época foi marcada pela censura, pela repressão ideológica, pelo autoritarismo, torturas e perseguições políticas. Os militares utilizavam a Escola como um aparelho ideológico essencial para cobrir a população com o pensamento de que “estava tudo bem”, visando impor as ideias ditatoriais.

Nas escolas se encontrava a mesma situação do que estava acontecendo no país, com uma conduta extremamente autoritária os professores eram alguns dos representantes dos militares para milhares de crianças e jovens, diariamente. Neste período estabeleceu-se uma Pedagogia Tradicional, devido à marca repressiva da ditadura militar, a Pedagogia Tradicional advinda da tendência Liberal Tecnicista como ficou conhecida e repercutiu durante os séculos XIX e XX, ela se dá por características marcantes que explanam o autoritarismo, o patriotismo, predominando o domínio ideológico do regime nas salas de aula:

As matérias de estudo visam preparar o aluno para a vida, são determinadas pela sociedade e ordenadas na legislação. Os conteúdos são separados da experiência do aluno e das realidades sociais, valendo pelo valor intelectual, razão pela qual a pedagogia tradicional é criticada como intelectualista e, às vezes, como enciclopédica. [...] A ênfase nos exercícios, na repetição de conceitos ou fórmulas na memorização visa disciplinar a mente e formar hábitos. [...] Predomina a autoridade do professor que exige atitude receptiva dos alunos e impede qualquer comunicação entre eles no decorrer da aula. O professor transmite o conteúdo na forma de verdade a ser absorvida; em consequência, a disciplina imposta é o meio mais eficaz para assegurar a atenção e o silêncio (LUCKESI, 1994, p. 56-57).

As características pedagógicas deste ensino vão de encontro com a ideia de “Educação Bancária” desenvolvida por Freire (1987), onde o docente tem a figura de opressor, o único dominador do saber, e os discentes são apenas “depósitos vazios”, sem conhecimentos prévios, os alunos são vistos como incapazes de ter autonomia e em posição de apenas serem cheios pelos conhecimentos do professor, através de repetições e memorização de frases sem sentido, que visam trabalhar a obediência e aceitação dos estudantes. Conforme afirma Freire (1987, p.37),

a narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante.

Ao decorrer deste período as mudanças na educação foram drásticas, nas quais iam desde o comportamento de discentes e docentes até os conteúdos programáticos que eram permitidos lecionar nas escolas e universidades do país. Disciplinas que levavam ao pensamento crítico, como a Filosofia e a Sociologia, foram totalmente extintas na época, pois os estudos destas permitiriam que a massa pudesse refletir sobre a realidade vivida durante o período, e, inclusive, atingir ao questionamento, o que poderia acarretar na conscientização e descontentamento da população brasileira. Além disso, podemos citar problemáticas na profissão docente durante o período, o alto número de professores que era necessário para atender a demanda de alunos na época acarretou em uma precarização da profissão, pois, em muitos casos foi deixando de lado a profissionalização do docente, como decorrem Vicentini e Lugli (2009, p. 222-223),

Não se pode deixar de mencionar os efeitos da ditadura militar (1964-1985) sobre a docência. Nesse período houve uma visível deterioração no sistema de ensino público, identificada pelo excessivo número de professores trabalhando em caráter precário (os antigos estagiários) para compensar a falta de profissionais efetivados. Os substitutos muitas vezes não tinham formação pedagógica [...] as relações pedagógicas se construíam de forma efêmera e pouco produtiva, impondo inegáveis dificuldades aos resultados do trabalho escolar.

Paralelo a isto, o contexto de grande industrialização no país, por consequência dos investimentos de capital estrangeiro, fez com que fosse constituída uma educação tecnicista. A visão extremamente capitalista era de formar os indivíduos para o trabalho, com mão de obra especializada em pouco tempo, excluindo a construção do senso crítico, ajudando a reforçar as ideologias ditatoriais. Para isso, com o Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969 foi instituída nas escolas a disciplina Educação Moral e Cívica responsável por ensinar o patriotismo exuberante, além de reforçar as tradições, símbolos e a postura moral-ética que era defendida pelos militares e que os ‘cidadãos de bem’ deveriam seguir. A disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSP), objetivando o culto à obediência das Leis estabelecidas durante o período junto com a Educação Moral e Cívica substituíram a Sociologia e a Filosofia no período escolar.

A EDUCAÇÃO PÓS-DITADURA E A IMPORTÂNCIA DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Logo no início dos anos 80 o Regime Militar estava dando os seus primeiros sinais de enfraquecimento, o que acarretou no desenvolvimento de um processo de democratização também na educação. Ao compreendermos a realidade opressora e repressiva estabelecida na educação durante o período da Ditadura Militar nos deparamos com a situação imprescindível de trazer para a educação o caráter de desenvolvimento crítico. Após o fim da Ditadura Militar pensadores e pedagogos passaram a repensar a educação no país, era momento de estabelecer uma ‘educação para todos’, pensada para diminuir as taxas de analfabetismo, o número de evasão escolar, as repetências, o autoritarismo do docente e aumentar a participação do aluno.

Grandes mudanças ocorreram, o estabelecimento da Constituição Federal de 1988 voltou-se para a educação, visando determiná-la como um direito social de todos e um dever do Estado e da Família, já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi promulgada, reforçando aspectos importantes da Constituição, como a Educação Infantil na posição de etapa inicial da Educação Básica e a municipalização do Ensino Fundamental.

Entretanto, o ponto de vista que queremos estabelecer aqui é a importância da Pedagogia Crítica, na qual Paulo Freire idealizou e agregou juntamente a uma Educação Humanizadora e Conscientizadora, este pensamento foi de grande importância para o momento de crise encontrado na educação brasileira.

Vale salientar que a conscientização gera nos homens a reflexão crítica, estabelecendo uma visão sobre a realidade em que vivem, o que os levaria ao desenvolvimento de sua ação-reflexão, como é decorrido por FREIRE (1987) em sua obra *Pedagogia do Oprimido*.

Em uma educação ditatorial é retirada da escola qualquer tipo de conteúdo que gere o censo crítico, para que possa se estabelecer a ideologia de caráter dominante sobre os indivíduos que são oprimidos em sociedade, destacando o contexto da ditadura, essas ideologias deveriam ser propagadas para todo o povo.

Uma educação conscientizadora é a ferramenta que pode levar os homens a uma verdadeira libertação ideológica, por levar os indivíduos a desenvolverem o conhecimento e conscientização sobre a realidade vivida, e, conseqüentemente, possibilitar o rompimento desta. Freire (2016, p. 133) exemplifica que esta educação “tem como fundamento a criatividade e estimula uma ação e uma reflexão verdadeira sobre a realidade”. Portanto, a visão de que somente uma educação de

caráter conscientizador evitaria que o Brasil se encontrasse novamente em uma ditadura era presente no contexto pedagógico.

Compreendemos que o desenvolvimento da consciência crítica pode, e deve, se dar em sala de aula. É papel do docente instigar seus educandos ao questionamento e a reflexão crítica sobre o meio em que vivem, de acordo com sua própria realidade, a ideia não é que seja deixado de lado os conteúdos programáticos, a teoria tem sua grande relevância, porém a partir do momento em que o professor dá significado para os conteúdos desperta o interesse e a curiosidade de seus discentes, fazendo que estes sejam levados a reflexão e não a memorização, desse modo, permitindo que estes tenham a oportunidade de se tornarem indivíduos conscientes e ativos sobre seu meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo decorrido neste trabalho desenvolvemos nosso pensamento e reflexão sobre a importância, e a necessidade, do censo crítico na educação, além de compreendermos que sua ausência pode acarretar situações sociais negativas.

A exploração de referenciais teóricos sobre a História da Educação Brasileira e o contato com a Legislação do Brasil nos possibilitou enxergar as modificações ocorridas na educação durante o período da Ditadura Militar e após seu fim. A análise da realidade, no contexto social-histórico do Brasil, a partir da Ditadura Militar, nos trouxe uma interpretação mais ampla do que se pode observar em uma primeira indagação, e nos levou a refletir que ainda na atualidade é imprescindível debates e o desenvolvimento de ideias sobre o tema.

A pesquisa continua em sua segunda etapa, com pretensão para o próximo semestre, com a análise e a exploração da práxis pedagógica sob o pensamento da importância do desenvolvimento do censo crítico em sala de aula, na ideia de que este seja mantido permanentemente na relação professor/aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. Moderna, São Paulo, 1996.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 1969.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 29ª edição, 2006.

_____. **Conscientização/Paulo Freire**; tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez, 2016.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. 20. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

VICENTINI, Paula Perin, LUGLI Rosário Genta. **História da Profissão Docente no Brasil: Representações em Disputa**. Cortez Editora, 2009.